

Governo quer ajuste de transição

DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE APROVAR UM AJUSTE AMPLO, BUSCA-SE UMA SOLUÇÃO PALIATIVA PARA O DÉFICIT.

MARTA SALOMON
E RIBAMAR OLIVEIRA

Convencido da impossibilidade de aprovar um amplo ajuste fiscal na revisão constitucional até o final do ano, o governo começou a negociar ontem com o Congresso uma solução paliativa para o déficit de US\$ 25 bilhões estimado no orçamento de 1994. "O presidente Itamar Franco está numa posição muito delicada", admitiu o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). "Não temos tempo para fazer nada ambicioso", completou, preocupado com as resistências políticas que o governo enfrenta para equilibrar as contas públicas.

Itamar convocará um reunião ministerial — com a participação das lideranças políticas que o apóiam — para a próxima semana, provavelmente na quarta-feira, com o objetivo de discutir o ajuste fiscal de transição e a posição do governo durante a revisão constitucional. Hoje pela manhã, antes de embarcar para uma visita oficial ao Chile, o presidente se reunirá com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na Base Aérea de Brasília.

"A equipe econômica mudou de idéia e não condiciona mais o programa de estabilização à revisão constitucional", informou o líder na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE). O governo já conta, segundo Freire, com alternativas à revisão constitucional, como o aumento das alíquotas do IPI e do IOF. Embora incluída entre os temas prioritários da revisão constitucional, a reforma no atual sistema tributário e no rateio dos impostos só deverá valer para o sucessor de Itamar.

Falta de consenso

ALTERNATIVA EM ESTUDO

Mesmo para obter uma solução paliativa, o governo deverá enfrentar dificuldades diante da falta de consenso no Congresso e da proximidade das eleições. "O governo tem que fazer uma negociação prévia, senão vai levar paulada de todo lado", avalia Pedro Simon. O desafio do governo é obter apoio para o que está sendo chamado de "ajuste de transição". Simon alerta que existem dificuldades políticas para cortar verbas destinadas a Estados e Municípios — uma das possibilidades em estudo pela equipe econômica.

Os líderes dos dois principais partidos de sustentação do governo — PSDB e PMDB — apontam para um ajuste limitado em 1994, já que sobram apenas 60 dias para o Congresso aprovar qualquer mudança capaz de entrar em vigor ainda no mandato de Itamar Franco. Companheiro de partido do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o líder do PSDB, deputado José Serra (SP), sustenta a tese de um ajuste transitório: "Esta é uma hipótese que realmente existe". O raciocínio de Serra coincide com o de alguns integrantes da equipe econômica, como o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho. O secretário pondera que mudanças na Constituição não têm efeitos a curto prazo sobre a inflação — ao contrário, poderiam fazer diminuir a arrecadação.

Preocupado com a falta de consenso no Congresso, o presidente da comissão de reforma tributária, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), começou ontem a discutir uma alternativa para a revisão constitucional. "Temos que encontrar um modelo mais simples e combater a sonegação", insiste Rigotto, que ainda não obtém qualquer sinal do que pretende o governo. "Já será um avanço aprovarmos algo para valer em 1995", calcula o deputado.

As medidas do ajuste de transição seriam adotadas com medidas provisórias e mudanças na Constituição que não causam tanta polêmica, podendo incluir uma mini-reforma administrativa.